

**AVANÇOS E
DESAFIOS
DA LIBERDADE
DE EXPRESSÃO**

INSTITUTO
**PALAVRA
ABERTA** 

DEZ ANOS DE APRENDIZADO SOBRE LIBERDADE¹

Eugênio Bucci

Quando da criação do Palavra Aberta, há dez anos, os desafios pareciam sérios – mas eram café-pequeno, como descobriríamos logo adiante. A livre expressão das ideias sofria embaraços, mas era coisa pouca, algo como sombras vagas perto do que viria depois. Havia sinais de investidas de mau jeito contra o mercado publicitário, com propostas de barrar parcialmente a publicidade para crianças ou de restringir anúncios de refrigerantes ou de alimentos excessivamente gordurosos, mas nada catastrófico. No plano político, articulações patrocinadas pelo governo federal, como a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), traziam à baila a regulação dos meios de comunicação, o que era lido pelos conservadores como um risco para a livre iniciativa, mas, como o tempo cuidaria de demonstrar, não ameaçavam a democracia.

Hoje, sim, temos um quadro preocupante. Ao longo de todo o ano de 2019, o presidente da República deu mostras eloquentes de sua predileção pelo arbítrio. Mais de uma vez, falou abertamente que o “excesso de jornalismo” poderia justificar a prisão de repórteres.² Sem pejo, chamou empresas jornalísticas de inimigas.³ Depois, incorreu na quebra do princípio da impessoalidade e no desvio de finalidade para tentar excluir de forma autoritária um jornal específico de uma concorrência pública.⁴ Neste caso, o absurdo era tamanho que ele teve de recuar, mas o caráter autoritário de seu governo se mostrou por inteiro.

Na área da publicidade, o governo federal impôs um incabível veto moral a uma campanha publicitária de um banco público só porque as imagens

retratavam personagens cuja orientação sexual não cabia no tripé monogâmico-hétero-cisgênero.⁵ Na cultura, o horizonte se apequenou. Foram numerosos os episódios de perseguição contra produções cinematográficas sob a alegação de que as temáticas sexuais extravasavam, por assim dizer, as funções reprodutivas. O cenário descambou de tal maneira que, no fim de 2019, todas as instituições culturais vinculadas ao governo federal se encontravam sob ocupação obscurantista. O responsável pela Fundação Palmares anunciou que a escravidão no Brasil foi benéfica para os povos africanos.⁶ O presidente da Funarte declarou que o *rock'n roll* induz ao aborto.⁷ Para piorar tudo, algumas autoridades federais, quando questionadas, falaram na volta do AI-5.⁸

Não recolho aqui frases esparsas ou isoladas. Esse pessoal realmente acredita na truculência como solução. O presidente vive a propagar, aos berros, suas convicções ditatoriais. O que está em curso no Brasil é uma campanha massiva contra os fundamentos da democracia e, de modo mais intensivo, contra o fluxo desimpedido das ideias e da imaginação. Se há dez anos era prudente contarmos com uma organização como o Palavra Aberta, hoje, mais que prudente, é premente.

Pensando nessas circunstâncias, e em suas implicações, preparei um artigo em que (1) tento comparar as encruzilhadas do passado com as asfixias do presente; (2) exponho algumas faces de uma ideia de liberdade mais que individualista, tema que interessa de muito perto aos destinos do Palavra Aberta; (3) aprofundo a mesma ideia a partir da figura da liberdade de imprensa, que só funciona bem quando, mais que uma prerrogativa do jornalista ou dos veículos, é um direito de toda a sociedade; e (4), por fim, antecipo uma ou outra linha para o futuro. Com isso, espero merecer a sua atenção e a sua leitura.

⁵ <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-veta-peca-publicitaria-para-o-banco-do-brasil,70002804388>>. Acesso em 9 de dezembro de 2019.

⁶ <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/nomeado-para-a-fundacao-palmares-falou-que-escravidao-foi-benefica-para-descendentes/>>. Acesso em 9 de dezembro de 2019.

⁷ <<https://oglobo.globo.com/cultura/novo-presidente-da-funarte-diz-que-rock-leva-ao-aborto-ao-satanismo-24112509>>. Acesso em 9 de dezembro de 2019.

⁸ <<https://www.dw.com/pt-br/paulo-guedes-reaviva-pol%C3%AAmica-sobre-ai-5/a-51423303>>. Acesso em 9 de dezembro de 2005.

¹ Agradeço a Mário Dallari Bucci pelas correções nos originais deste artigo.

² Dispon<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/se-excesso-jornalístico-desse-cadeia-todos-voces-estariam-presos-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 9 de dezembro de 2019.

³ <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/19/revista-divulga-audios-com-troca-de-mensagens-entre-bolsonaro-e-ministro-demitido-bebianno.ghtml>>. Acesso em 9 de dezembro de 2019.

⁴ <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/bolsonaro-recua-e-revoga-licitacao-da-presidencia-que-excluiu-a-folha.shtml>>. Acesso em 9 de dezembro de 2019.

1. Fantasmas imaginários do passado e ameaças reais no presente

Há uma década, havia gente que previa uma guinada bolivariana e chavista no Brasil, num exagero quase paranoico. Uns e outros se acautelavam diante do que interpretavam como impulsos caudilhescos do governo federal. A imprensa estaria sitiada, alarmavam-se. Como todos vimos, porém, nenhum desses riscos se confirmou. Em nenhum momento o direito de propriedade ou as garantias individuais sofreram qualquer abalo.

O abalo veio depois, com as reações ultraconservadoras que eclodiram contra os governos que teriam, segundo o fanatismo da extrema direita, a intenção de “transformar o Brasil numa Venezuela”. Sob o pretexto de combater a corrupção – que, de fato, alcançou níveis apavorantes naqueles tempos –, esse polo reacionário, assumidamente admirador da ditadura militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, deflagrou uma cruzada moralista “contra o comunismo” (pode haver campanha mais anacrônica, mais irracional?), a favor da “Pátria” (entendida como uma idealização pretérita e militarizada) e da “família” (cultuada como a célula *mater* da repressão sexual). O quadro se complicou e o risco para a democracia se apresentou sem dissimulações. Esse risco não veio da esquerda, mas da extrema direita, e veio junto com o ódio homofóbico, misógino e, por evidente, liberticida.

Diante disso que aí está, o que existia há dez anos era de fato café-pequeno. Vivíamos então uma disputa de discursos, absolutamente normal, ainda que irritante, permeável a implicâncias, idiosincrasias e infantilidades. Não esqueçamos que, logo na sua fundação, o Palavra Aberta foi desqualificado, à boca pequena, por alguns círculos governistas. Os sectários chapa-branca diziam que o instituto não passava de um estratagema do mercado publicitário para se proteger dos “progressistas”. Na opinião deles, só dois propósitos motivavam a nossa entidade: a defesa incondicional de uma publicidade comercial irrestrita e a defesa da perpetuação dos moldes de propriedade dos jornais, das emissoras de rádio e de televisão.

Em 2009, 2010, a gente convivia com fantasmas. Havia quem achasse a defesa da liberdade uma “pauta de direita”. Eu discordava, e argumentava que a defesa da liberdade, inadiável, deveria ser estimulada tanto nos grupos de direita como nos de esquerda. Eu não tinha ilusões com a extrema direita – esta que hoje nos governa e que se coloca indubitavelmente fora do campo

democrático –, mas acreditava que os setores de direita e de esquerda, desde que situados dentro do campo democrático, deveriam se ocupar do tema da liberdade, tanto nos termos do liberalismo do século XVIII como em termos mais contemporâneos, humanitários, que vão além do liberalismo, sem negá-lo ou revogá-lo.

Eu não via um chavismo factível no governo Lula, assim como não via uma horda reacionária nos flancos do PSDB. Eu não me filiava à tese de que a publicidade não devesse sofrer restrições; ao contrário, achava e sigo achando necessário que a lei estabeleça limites nessa matéria. Eu não aprovava a perenidade do regime de propriedade dos meios de comunicação no Brasil, mas defendia, como ainda defendo, mudanças no marco regulatório da radiodifusão e das comunicações eletrônicas e digitais. (Hoje, na verdade, defendo mais do que antes. No meu modo de ver, uma das mais graves ameaças contra a democracia ocidental vem dos monopólios globais exercidos pelos conglomerados como Google e Facebook, que requerem nada menos que freios e contrapesos que, atenção, só podem vir do aparato estatal e de acordos internacionais – entre Estados.)

Há dez anos, eu julgava imprescindível que os agentes da comunicação social no Brasil assumissem, conjuntamente, o compromisso público, explícito, com este valor humanitário chamado liberdade, que transcende os objetivos comerciais de uns e outros. Eu acreditava e sigo acreditando que os protagonistas da comunicação social, tanto no campo público como no campo privado, precisavam interromper o largo e duradouro ciclo de omissão sobre o tema. Enxerguei no instituto não a voz de um segmento de mercado, mas uma iniciativa que tinha potencial para se converter numa instituição a serviço da sociedade. Minha preocupação não era com o presente e suas ameaças imaginárias. Minha maior preocupação era com o futuro. Eu temia que, por negligenciar a discussão sobre a liberdade, a nação enveredasse pelo descaminho de intolerâncias recíprocas que culminaria em intolerância totalizante e regressiva – o que, desgraçadamente, acabou acontecendo. Olhemos à nossa volta e constataremos exatamente isto.

Eu bem sabia que falar de liberdade é uma questão difícil no Brasil. A inapetência da cultura política brasileira para essa questão configura um déficit histórico de grandes proporções. A liberdade, como conceito e como valor, não foi assimilada pelos políticos, pelos partidos, pelos agentes de mercado

e pelos operadores da Justiça. A censura judicial é apenas um sintoma, entre muitos outros. Não quero resvalar aqui em generalizações apressadas, mas devo dizer que para nós, no Brasil, a liberdade aparece como problema, não como solução. Ela aparece como problema na fala de um presidente da República que quer punir com cadeia o “excesso de jornalismo” (vai saber o que é isso) e aparece como problema naquele outro que queria expulsar do Brasil o correspondente do *New York Times*.⁹ De uma ponta a outra da nossa cultura política, a liberdade costuma ser mencionada como um fator que atrapalha o fluxo regular da vida social.

Não que esquerda e direita se igualem neste quesito. A extrema direita (a que hoje está no poder) se distingue claramente aí. Nela, o ódio à liberdade assume os contornos de uma patologia mais enraizada, mais espessa e mais estabelecida. Nos tempos dos governos petistas, o despreço pela liberdade surgia em pontos fora da curva, não fazia parte do caráter essencial da aliança em torno do poder; no governo que aí está, o ódio à liberdade é a regra. De todo modo, à esquerda e à direita, bem como no centro, a liberdade aparece sempre como um problema a ser administrado, como um excesso a ser limitado, como um fator de perturbação da normalidade.

Era por isso que eu discordava dos que diziam que falar de liberdade era uma “coisa de direita”. Para mim não era nada disso. E não é. Falar de liberdade é uma exigência que atravessa como um denominador comum – por mais incomum que pareça – as plataformas essenciais de todos os recortes e segmentos sociais que pleiteiam bases democráticas para a sua convivência. É tema de primeira necessidade cívica.

Aliás, foi trabalhando nesse vazio que o Palavra Aberta deu certo. Sua contribuição para combater a censura judicial foi um dos pontos altos de sua trajetória. Cada vez mais engajado em causas que não se encolheram diante das muretas corporativistas, o instituto foi se tornando um canal da sociedade, mais do que um expediente setorial. Suas alianças com a universidade – como a Escola de Comunicações e Artes da USP, como o Insper ou a ESPM – mostram a ampliação de suas conexões com o conhecimento e com o corpo amplo do que podemos chamar de cidadania. Seu empenho no campo da educação midiática (*media literacy*) é mais um indício. Cada dia

⁹ <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u60869.shtml>>. Acesso em 11 de novembro de 2019.

mais, a atuação do Palavra Aberta transcende as estratégias de negócio de grupos privados de comunicação para se dedicar ao bem comum, de forma desinteressada, o que é promissor, além de necessário.

2. O que, para ser de cada um, precisa antes ser de todos

As causas que têm vocação coletiva, como a Justiça e a Liberdade, têm esta característica: elas são avessas a ter dono ou controlador. Ou são causas de todos, ou não passam de retórica. Logo, a natureza da causa nos importa muito. Foi ela que transformou o Palavra Aberta num dispositivo de utilidade geral, acima das veleidades de beneficiários ou seus patrocinadores tópicos ou contingenciais. Em seu percurso, o instituto foi incorporando um aprendizado valioso sobre as diferenças que separam as causas de interesse geral das demandas ditadas pelo interesse particular e, nesse aprendizado, entendeu que deveria dar preferência às primeiras.

Penso aqui num exemplo desse aprendizado. O Palavra Aberta logo notou que, em absolutamente nenhum nível, o estatuto da liberdade de imprensa pode ser equiparado ao eventual “direito de anunciar” (entre aspas, por certo). São coisas distintas. Eu mesmo aprendi a sistematizar essa diferenciação à medida que participava das reuniões da nossa entidade, na interlocução com meus pares, gente de primeiríssima.

Nós, conselheiros, aprendemos juntos. A liberdade de imprensa assegura aos cidadãos o direito de expressar seu pensamento, assim como lhes assegura o direito de pesquisar e investigar, em público, sem restrições, informações de interesse público. Trata-se de uma garantia fundamental, protegida como cláusula pétrea em diversas constituições democráticas do nosso tempo e consagrada no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Quanto ao que chamo aqui, precariamente, de “direito de anunciar”, este não tem parte com direitos fundamentais; existe apenas como apêndice do direito de comerciar: uma pessoa autorizada a explorar determinado tipo de comércio há de ter também, acessoriamente, a possibilidade legal de promover o produto ou o serviço que vende. Por mais criativos e inventivos que devam ser os publicitários, por mais que a imaginação livre ajude em seu ofício, não é a liberdade de expressão que está em jogo numa peça publicitária. Um anúncio ou uma campanha publicitária são prolongamentos

de uma atividade comercial de oferta de mercadorias, a liberdade não está em questão aí.

Na democracia, qualquer um de nós tem o direito de publicar um artigo defendendo a legalização das drogas. Isto é liberdade de expressão. A mesma democracia, contudo, não nos dá permissão legal para publicar um anúncio desta ou daquela substância estupefaciente cuja comercialização não esteja previamente legalizada. O “direito de anunciar” não constitui um direito fundamental, mas uma atividade, repito, acessória a negócios mercantis de modelos variados. A democracia não é menos democracia se você não puder fazer propaganda da maconha plantada clandestinamente no sítio de um amigo, mas será menos democracia se você não puder expressar a sua opinião (hipotética) de que a maconha, no seu modo de ver (hipotético, certamente), deveria ser legalizada e que, sendo legalizada, atingiria o estado da arte se fosse cultivada segundo os métodos do seu amigo.

Como aprendeu o nosso instituto, a defesa da liberdade de expressão ou da liberdade de imprensa (ou, ainda, do direito à informação e do direito à comunicação) não se confunde com a defesa do presumido “direito de anunciar”. Os direitos fundamentais não se confundem e não se nivelam com operações acessórias do comércio. São planos que não se misturam.

A liberdade é assim. Só adquire sentido quando tomada como um valor de todos (segundo a ideia elementar de que “a minha liberdade começa onde começa – e não onde termina – a liberdade do outro”, como lembrava Cornelius Castoriadis). Fora disso, não passa de uma reivindicação primária, egoísta, individualista. Trata-se, esta liberdade individualista, de uma “liberdade pequena”, ainda que legítima, indispensável e primordial. Agora, porém, o que nos é vital é a liberdade maior, aquela que é de todos antes de ser do indivíduo.

3. Como a imprensa nos ensina

A liberdade de imprensa, em especial, ilustra bem o que quero dizer aqui. Ou ela é de todos, ou não é liberdade. Ou é de todos, ou não serve para nada. Você vai achar que isso é óbvio, mas logo verá que não é tão simples assim, nem tão óbvio assim, principalmente na cultura política brasileira. Continue lendo e verá.

Nenhum jornalista sozinho, por mais livre que se imagine, não encontra a verdade factual, mesmo que a procure com inteligência e rigor. Ele pode se acerrar da verdade factual aqui e ali, e pode até registrá-la uma vez ou outra, mas não terá acesso franqueado a ela sempre que quiser. Uma redação sozinha também fracassará nessa missão, mesmo que trabalhe com método, disciplina, talento, elegância, independência e força de vontade. Dois órgãos de imprensa que compitam entre si com lealdade talvez se saiam melhor, mas também eles, em dupla, não serão bem-sucedidos na empreitada. Nem mesmo três ou quatro. O máximo que um grupo de jornalistas e um conjunto de redações profissionais podem pretender é trabalhar para buscar a verdade, cientes de que nunca darão conta de encontrá-la na íntegra. Não obstante, mesmo quando constatamos que os jornais não são totalmente bem-sucedidos na busca da verdade, é possível dizer com segurança que a liberdade de imprensa é condição fundamental para que uma sociedade se proteja contra a mentira – lembrando que a mentira mais perigosa é aquela que vem do poder.

Aí você exclama: mas isso não tem sentido! Como podemos afirmar que um jornalista ou um jornal fracassam, e fracassam com frequência, na busca da verdade, e afirmar, ao mesmo tempo, que a imprensa livre é essencial para que a sociedade encontre a verdade dos fatos e se proteja contra a mentira? Ora, se os órgãos de imprensa não encontram necessariamente a verdade, o que nos autoriza a dizer, então, que a liberdade de imprensa é o único caminho para conhecermos os fatos?

A resposta a essas perguntas nos ajuda a perceber que a liberdade de imprensa precisa ser concebida como um direito não do jornalista, mas da sociedade, de toda a sociedade, de todas as pessoas, sem exceção. Se não for construída nesses termos, a liberdade de imprensa não resultará em benefício público. Dentro desses parâmetros, a liberdade de imprensa, longe de ser um problema, é a solução para o problema da informação nas democracias. E isso é verdade, é fato histórico, mesmo quando sabemos que os melhores repórteres do mundo falham em encontrar a verdade.

Exploremos um pouco melhor esse aparente paradoxo. Os melhores jornalistas dizem que não podem prometer encontrar a verdade, podem apenas se empenhar no compromisso de buscá-la com afinco. A declaração de princípios tem seu valor, mas não resolve a nossa vida. A resignação desse

tipo de fala não nos ajuda nem um pouco. Nenhuma sociedade democrática pode se contentar em apenas procurar a verdade: ela precisa encontrar a verdade dos fatos e registrá-la, preto no branco. A democracia precisa disso assim como o corpo humano precisa de oxigênio.

A verdade dos fatos não é uma meta desejável; ela é necessária para a democracia em todas as suas esferas. Esta necessidade – extrema – fica mais visível em duas esferas específicas: a da Justiça e a da política (e da gestão pública). Sem o conhecimento dos fatos não se faz justiça. O Poder Judiciário seria uma quimera sem o conhecimento dos fatos – tão essencial quanto o conhecimento da lei – fosse impossível. Nenhum perito pode sair por aí dizendo que vai apenas tentar apurar os fatos. Ele tem de encontrá-los e documentá-los. Para que a Justiça funcione, é preciso que tanto as razões de fato como as razões de direito sejam devidamente estudadas e provadas nos autos. O mesmo acontece na esfera da política. Se os cidadãos-eleitores não conhecerem os fatos da República, não terão o embasamento suficiente para delegar poder. Neste caso, a delegação de poder padecerá de vícios que podem impelir a democracia a um processo de deterioração. Olhe em volta e você verá isso com os seus próprios olhos: desinformados, os eleitores levam a democracia a escolher caminhos que negam a própria democracia.

Eis por que a utopia democrática depende da existência de instrumentos institucionais capazes de apurar e conhecer os fatos. Não por acaso, Hannah Arendt avisava que “os fatos e os acontecimentos são a textura do domínio político”. Se não podemos aferi-los, não temos como fazer política.

Mas como encontrar a verdade dos fatos? Aí é que entra a liberdade de imprensa. Sozinhos, os jornais não encarnam o engenho de entregar aos cidadãos a verdade dos fatos pronta e acabada. Longe disso. Seria pedir demais aos pobres jornalistas. Logo, não são os jornais que nos entregam a verdade todos os dias. Eles ajudam, é claro, mas, sozinhos, não dão conta de tão imenso recado. O que entrega a verdade dos fatos para uma sociedade democrática não são dois ou três jornais, nem sequer é o conjunto de todos os jornais e de todas as redações profissionais existentes. O que entrega essa difícil encomenda é a liberdade de imprensa.

De que modo? Pensemos a liberdade como um regime – pois é isso que ela é. Jornais podem ser bons ou maus. O que podemos esperar deles, na melhor das hipóteses, é que exerçam a liberdade com determinação, como

seu primeiro dever. Aí, o regime da liberdade estará em vigor. Partindo dessa vigência, quem encontra a verdade dos fatos não são os jornalistas ou os patrões que os contratam, mas a sociedade inteira, no curso do debate público. Vivendo sob o primado da liberdade de imprensa, a sociedade terá condições de fazer dos fatos uma pauta pública e, no debate sobre os fatos, terá condições de se aproximar coletivamente do conhecimento sobre os acontecimentos. É neste sentido que afirmo que quem encontra a verdade dos fatos no domínio político é a vigência do debate público livre, quer dizer, a vigência da liberdade de imprensa, o exercício pleno da liberdade de imprensa. A sociedade que mantém vivo o regime da liberdade de imprensa cumpre o objetivo essencial que se espera dessa liberdade: o objetivo de proteger essa mesma sociedade contra a mentira – sobretudo aquela que vem do poder.

Em suma, o conhecimento dos fatos brota – obrigatoriamente – como conquista ativa e continuada de toda a sociedade, não como o produto do trabalho honesto de jornalistas competentes. Paraphraseando Walter Lippmann, você não compra a verdade dos fatos na banca de revistas. Ela não é um produto acessível ao preço de 5 reais (que é o que pagamos por um exemplar de um diário). O conhecimento da verdade custa mais do que isso: resulta de um processo que só ganha materialidade no debate público livre. A verdade dos fatos é uma aspiração que suplanta a capacidade profissional e institucional da imprensa, embora esta, a imprensa, não possa faltar, uma vez que é ela, a imprensa livre, com todas as suas imperfeições, quem move, aciona (ou provoca) as engrenagens, quem sinaliza o campo, quem imanta os centros gravitacionais desta balbúrdia de conversações inconclusivas, vozes crispadas e atos desconexos a que chamamos democracia.

(Bem sei que estou sendo repetitivo, e serei ainda um pouco mais.)

Bons jornalistas e boas redações profissionais contribuem para que os fatos sejam esclarecidos, mas não fazem isso sozinhos. O que esclarece os fatos, ao fim de tudo, é o regime da liberdade de imprensa em sua vigência cotidiana, é o debate público aberto em torno dos fatos e das opiniões que se apoiam sobre a apuração dos fatos. Para tanto, além dos jornalistas, contribuem os cidadãos, organizados ou não em entidades que disputam espaço na esfera pública, assim como contribuem os agentes que atuam na administração pública, nos poderes da República, perfazendo interlocuções que conjugam diversas formas de diálogo e de dissenso – a sociedade conversando consigo

mesma, criticando a si mesma e corrigindo seu curso. Nisso consiste a vigência da liberdade de imprensa.

Tanto é assim que os governos autoritários, quando começam a censurar – ou a dizer que gostariam de censurar – este ou aquele órgão de imprensa, pretendem suspender não um ou outro órgão de imprensa, mas a vigência do regime de liberdade de imprensa. Por meio dessa extrema violência, querem bloquear o acesso da sociedade ao debate informado sobre a verdade factual. Não tenha dúvida: é isso que o poder que aí está planeja fazer no Brasil. Também por isso, precisamos, agora mais do que antes, do Palavra Aberta.

4. E agora? Para onde ir?

O futuro do Palavra Aberta dependerá da maturação de seu aprendizado sobre a liberdade. Se vislumbrar que sua força vem de alianças que ele não controla, mas que, por serem justas e verdadeiras, merecem seu engajamento, o Instituto saberá se despojar do imediato para se lançar no plano mais largo. Se entender que nasceu para defender a liberdade que não tem dono e para ensinar sobre ela (a partir de sua própria experiência e do desprendimento de seus apoiadores), será cada vez mais necessário para o país. O Brasil está sob um influxo de autoritarismo. Enfrenta um dilema grave. Precisa cuidar de sua democracia como da própria vida.

Que o Palavra Aberta cumpra o papel que escreveu para si mesmo: ser um exemplo e um ente de inspiração para a liberdade que nos faltou e nos falta. Idealismo? Ingenuidade? Otimismo? Que seja. Ainda vale a pena tentar. É preciso tentar.

Eugenio Bucci

Jornalista, professor titular da ECA-USP e membro do Instituto Palavra Aberta desde sua fundação.